

CULTURA E ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS.

CULTURE AND ETHICS IN THE BRAZILIAN PUBLIC ORGANIZATIONS

Indira Coelho de Souza (FPbe)
Patrícia Regina de Moraes (FPbe)
João Carlos Farber (FPbe)
Fleuri Cândido Queiroz (FPbe)
Miguel Luz (FPbe)

RESUMO

As distorções culturais peculiares nas organizações públicas brasileiras representam enormes obstáculos no esforço de promover mudanças e introduzir inovações nas gestões administrativas, tendo este tema como base, o presente artigo levanta informações sobre as motivações que levam as gestões administrativas obedecerem a estruturas centralizadoras e engessadas, tendo como fundo de pano as políticas públicas. Para um esclarecimento sobre a gestão pública é necessário entender a distinção entre Administração Pública e Governo que juntos devem estabelecer a competência dada, ou seja, em sentido amplo as satisfações das necessidades coletivas.

Palavras-chave: Cultura. Ética. Gestão Pública.

ABSTRACT

The unique cultural distortions in Brazilian public organizations represent major obstacles in promoting changes and introduce innovations in administrative steps, with this theme as base, the present effort article presents information on the motivations that drive administrative steps obey centralized structures and plastered, having background cloths public policy. For clarification on public management is necessary to understand the distinction between Public Administration and Government together should establish jurisdiction given, in a broad sense the satisfactions of collective needs.

Key words: Culture. Ethics. Public Management. Innovation.

INTRODUÇÃO

O Estado existe para realizar o bem comum e direcionar da melhor forma a gestão administrativa tendo como principal cliente o povo. A gestão pública tem como base manter o bem estar, a segurança e a justiça, preservando sua função social e buscando eficiência e eficácia nos serviços prestados à população, diferente da administração privada que visa efetivamente o lucro, porém, fazendo uma analogia entre as duas administrações, eficiência e eficácia na gestão pública são sinônimas de lucro, porque sendo a atividade concretizada e executada com êxito e em benefício da população, é sinal de que o dinheiro que foi empregado, evita prejuízos aos cofres públicos.

Buscando entender as atuais gestões é necessário procurarmos nos séculos passados teorias que expliquem os males da gestão pública. As dimensões do poder e suas transições também influenciam as organizações e suas gestões, e o ordenamento político estabelecido no Estado determinará qual tipo de nação será construída. As organizações públicas sofrem transformações de acordo com o seu tempo e seu povo que é a essência do Estado, sendo este sinônimo de direito e unificador.

Atualmente a administração pública sofre transgressões que dificultam o progresso, administrações engessadas que não conseguem propor, desenvolver e sequer atingir seus objetivos, neste caso, o atendimento as condições básicas para se viver em sociedade de forma a evitar males na saúde, na educação, ou seja, atender a população.

Diante deste problema a presente pesquisa tem por objetivo entender as atuais gestões da administração pública e proporcionar ao leitor reflexões. Para conseguirmos avançar nas reflexões recorreremos aos pensadores antigos para ajudar nas questões citadas.

Baseando-se nas legislações vigentes a gestão administrativa pública precisa buscar formas diferenciadas de estruturas e aperfeiçoar processos que ainda tem por base, estruturas hierárquicas antigas e formas de acesso a informação pouco otimizadas.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Richardson (1999), o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo. Portanto, neste trabalho, considera-se a metodologia, ou o método científico, como o elemento necessário para que se possam atingir os objetivos delineados. A presente pesquisa é baseada em levantamento bibliográfico. A pesquisa Bibliográfica é elaborada com base em material já publicado.

Nesse tipo de pesquisa se utiliza material impresso, como livros, revistas, jornais entre outros Conforme Lakatos e Marconi (2010, P.166).

EMBASAMENTO TEÓRICO

Existem algumas correntes que estudam o Estado Moderno: a histórico-indutiva e a lógico-dedutiva. A primeira tem na sua origem representantes como, Aristóteles, Santo Tomas de Aquino, Hegel, Marks. A histórico - indutiva considera um número suficiente de experiências ocorridas durante um determinado tempo, passando de casos e experiências isolados para casos gerais, criando regras gerais para estas novas experiências. Segundo Celso Furtado (2009) no processo do conhecimento os indivíduos utilizam indução e dedução de forma permanente, não sendo métodos de conhecimento mas sim sequência de processos mentais complementares. Feitas estas considerações seguimos com as apresentações de outros autores que trataram do Estado Moderno.

Em toda organização é preconizada a ética, na gestão pública, o objetivo é o bem humano, porém, esta sociedade se transforma com o tempo, e de acordo com o contexto social a organização onde se está inserida também é transformada. Segundo ARISTÓTELES – Ética a Nicômaco.

A política mostra ser dessa natureza, pois é ela que determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em maior apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela. Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano. Com efeito, ainda

que tal fim seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o Estado, o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar. Embora valha bem a pena atingir esse fim para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-estados. Tais são, por conseguinte, os fins visados pela nossa investigação, pois que isso pertence à ciência política numa das acepções do termo||.

A ética não é validada apenas em um único indivíduo, e sim, em um todo, o conjunto social, onde compartilhamos daquelas mesmas ideias e conceitos dentro daquele período de tempo. Tratando a ética dentro das organizações podemos entender que as pessoas trazem na sua herança na sua construção familiar, preceitos e conceitos que influenciam as organizações, e independente da organização ser privada ou pública, estas influências prevalecem.

No entanto, a organização pública, possui um fator que precisamos reconsiderar nesta pesquisa, a estabilidade que o indivíduo possui ao adentrar nas organizações, considerada um objeto de desejo. Talvez o grande mal das gestões públicas brasileiras, a estabilidade. Com ela o poder da hierarquia, torna-se mais frágil, as atitudes dos funcionários mudam diante da possibilidade de não mais perder suas garantias, enfim, o sonho da estabilidade.

Constatado a estabilidade, a hierarquia fragilizada, como garantir que os objetivos do Estado, o bem comum, a justiça, sejam garantidos. Naturalmente, com as leis que regem tais organizações, no entanto, existe um aumento demasiado de tais regras que engessam e não otimizam os processos nas gestões públicas e muito menos agilizam na urgência e na demanda necessária.

Lembrando que também devemos considerar o poder político como fator nas mudanças e transformações sofridas nas gestões públicas, tais transformações, são consideradas por alguns autores como um verdadeiro norte para a tomada de decisão. Segundo (MAQUIAVEL,1999) é identificado o livre exame dos fatos históricos, o ataque as tradições medievais, que segundo na sua obra — O príncipe(1513)|| é necessário compreender o jogo político efetivo nas suas circunstâncias concretas e de identificar as forças do conflito, agindo com eficácia.

Necessário admitir que os valores morais que regulam as condutas individuais não se aplicam na ação política.

As legislações atuais contribuem para o engessamento da gestão pública, citamos a legislação que rege as licitações (Lei 8.666 de 1993), com excessivo número de itens de verificação que sugestionam uma maior burocratização e não consistência do processo administrativo. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Casa Civil.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A cultura brasileira corrobora para entendermos tais comportamentos e ações das pessoas mediante esta estabilidade. As gerações brasileiras vêm há décadas atuando nas funções administrativas de forma passiva e até mesmo inerte na condução do bom serviço público. Contrariando essas afirmações, as legislações existentes na esfera federal atuam e corroboram para o bom andamento da função administrativa. Citamos a lei 8.112 de 1990 que prevê no artigo 127 as penas de advertência, destituição de cargo em comissão, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria; e define nos artigos subseqüentes, as hipóteses de cabimento de cada uma delas.

TIPOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NAS GESTÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Nas gestões existem diversas formas de processos administrativos, o que é necessário entender: - primeiramente verificar os objetivos determinados no seu plano geral, segundo, estabelecer as etapas do processo, terceiro, como serão conduzidas e motivadas às pessoas que farão parte deste processo, para finalmente chegar a uma conclusão ou finalização deste mesmo processo. Existem alguns modelos de planejamento que as gestões atuais atuam, uma delas são os planejamentos tradicionais, que funcionam com base em um orçamento baseado no que foi gasto em anos passados gerando um ciclo operacional, no qual as atividades orçamentárias e de execução compõem uma rotina, esta rotina muitas vezes não observa eventos externos, apenas eventos internos. No planejamento estratégico a

organização estabelece nas suas planas várias providências a serem tomadas, observando a influência dessas providências no seu plano interno e externo, ou seja, quais os impactos dentro e fora da organização.

Dentro do plano estratégico considera-se a existência das mudanças que os ambientes proporcionam a importância em observar essas mudanças produzem melhores resultados, não é sinônimo de garantia, porém, ameniza fatores negativos que possam surgir no processo de gestão. O planejamento situacional, também utilizado nas gestões públicas brasileiras sugere ações mais específicas para a resolução de determinados problemas, não propondo as mesmas ações para cenários de diferentes problemas.

O planejamento deve ser baseado na busca pela solução de problemas, definindo estes como uma situação indesejável que possa sofrer ajuste ou modificação, por intermédio da atuação de um agente divisor.

A existência do planejamento participativo em algumas gestões administrativas da gestão pública é observada com certa frequência, mas não usual nas gestões administrativas brasileiras.

Este planejamento é baseado na consulta e abertura da população junto aos órgãos públicos, possibilitando um trabalho em conjunto e buscando na sua real origem, o atendimento ao povo.

A decisão da gestão pública em elaborar um plano, projeto ou programa social envolvendo a sociedade proporciona uma maior aproximação, traz segurança e melhora a imagem do órgão público. Segundo CORNELLY, o planejamento participativo constitui um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem.

Analisando os vários tipos de planejamento que são utilizados nas gestões públicas brasileiras atuais, entendemos porque os processos administrativos não desenvolvem seus processos de maneira contínua e organizada.

CULTURA

Os vícios nas gestões administrativas estão enraizados há muitos anos, e transformou-se em uma cultura brasileira, onde a segurança do emprego forma agentes administrativos menos interessados na eficiência e eficácia do processo administrativo dentro de determinada gestão.

A Cultura é um aprendizado, não nasce pronto, é um conjunto de ações e fatores que formam os costumes. Há alguns anos a cultura brasileira nas gestões públicas é direcionada de forma a não aceitar as mudanças externas e as novas necessidades, tanto tecnológicas como a própria globalização.

Isso agravou a ineficácia da máquina administrativa. As necessidades da população estão diferentes e a informação globalizada trouxe a necessidade de mudanças tecnológicas. Tais necessidades estão sendo trabalhadas, porém, ainda não suprem a demanda.

As gestões novas precisam quebrar paradigmas e tratar as novas mudanças com funcionários antigos, a emergente necessidade de novas contratações é sem dúvida essencial e os trabalhos de capacitação imprescindíveis.

Sobre o conceito de cultura, Cheio (1986, apud RAUPP, FLEURY, 1995, pag.24) diz que:

[...] a cultura é formada por conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu, ou desenvolveu, ao aprender a lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionou bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir com relação a esses problemas.

As gestões que entenderam e admitiram as novas mudanças, hoje sem dúvida tem estado à frente de seus pares, e demonstrando um melhor desempenho em suas gestões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na finalização do artigo apresentam-se as considerações finais correspondentes aos objetivos e hipóteses do estudo. Neste artigo objetivou-se o entendimento das gestões atuais buscando nos pensadores e autores do passado, que também estudaram sobre o mesmo tema, esse estudo proporcionou um entendimento do assunto, das razões que levam o engessamento da máquina administrativa. O tema

é amplo e profundo, esta pesquisa propõe a continuidade dos estudos sob novas óticas e delimitações menores, como exemplo, um levantamento nas regiões municipais. Sendo a cultura um conjunto de informações e ações desenvolvidas e absorvidas pela sociedade por um determinado período de tempo, constata-se que para mudar as gestões e organizações públicas atuais, é necessária a real quebra de paradigmas, formando novas ações e novas informações para atuarem neste novo contexto social. Atualmente a gestão pública precisa e deve ser competitiva, atuando para o bem da sociedade com novos caminhos e meios mais simples de administração, orientando-se a partir do seu cliente mais nobre, a sociedade.

Com o presente artigo esperamos contribuir para que o leitor possa refletir e entender sobre as ações e condutas das gestões atuais, sendo ele também participante desta sociedade, podendo reforçar a necessidade de mudanças na cultura brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco, Poética* / Aristóteles; seleção de textos de José Américo Motta Peçanha. — 4. Ed. — São Paulo: Nova Cultural, 1991. — (Os pensadores; v. 2).

BRESSER, L. Ca. P.; REGO, J. M.. *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. Editora 34

CORNELY, S. *Subsídios sobre planejamento participativo*. Brasília, MEC/ DDD, 1980.

DI PIETRO, M. S. Z. *Direito Administrativo*. 23. Edição. São Paulo Atlas, 2010.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. *Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil*. São Paulo: Atlas, 1995.

MARCONI, M de A; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo, Atlas, 2010.

MATIAS PEREIRA, J. *Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais*. 2edição São Paulo – Atlas, 2009.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas 1999.